PANORAMA POLÍTICO-ECONÔMICO DOS GOVERNOS DE EXTREMA-DIREITA NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XXI

Eduarda Moura Pereira
Mestranda em Economia pelo IE/UFRJ
eduarda.pereira@ppge.ir.ufrj.br

RESUMO: O objetivo do trabalho será discorrer sobre a ascensão da extrema-direita em diversos países da América Latina ao longo das últimas duas décadas. Primeiro, será abordado o contexto internacional de ascensão desses novos movimentos conservadores e autoritários, sinalizando as particularidades latino-americanas do fortalecimento político de tais grupos, que chegaram ao poder não só através de processos democráticos, mas também de golpes parlamentares com apoio popular. Em um segundo momento, o foco será apresentar de forma sintética a política econômica promovida pelos governos de extrema-direita na região. Investigaremos suas ações no que tange às políticas sociais, às políticas macroeconômicas e também às forças de influência no mercado mundial, levando em consideração as mudanças de políticas externas dos Estados Unidos nos últimos anos. Em razão da grande quantidade de países latino-americanos que passaram por esse processo de fortalecimento da extrema-direita nas últimas décadas, a análise se limita aos países em que esse grupo chegou efetivamente ao poder e, nesse sentido, o objetivo do trabalho não será fazer um estudo qualitativo desses governos, mas sim uma análise sucinta e comparativa entre eles, abrindo espaço para possíveis novas discussões.

Palavras-chave: Extrema-Direita; América Latina; Política Econômica.

1. INTRODUÇÃO

As duas primeiras décadas do século XXI na América Latina foram marcadas por profundas transformações econômicas e políticas, cujos efeitos continuam a moldar o cenário regional ainda hoje. Após um período de crescimento sustentado pelo boom das *commodities* e pela ampliação de políticas sociais durante a chamada "onda progressista", a região ingressou, a partir da década de 2010, em um contexto de desaceleração econômica, estagnação produtiva e reemergência de tensões distributivas historicamente recorrentes. O esgotamento desse ciclo revelou os limites dos modelos de desenvolvimento adotados, bem como as fragilidades institucionais que dificultaram a consolidação de pactos sociais duradouros no contexto de sociedades marcadas por elevada

desigualdade e heterogeneidade estrutural (BÉRTOLA; OCAMPO, 2010; OCAMPO; BÉRTOLA, 2022).

Nesse contexto, a desaceleração econômica e o esgotamento dos modelos de crescimento vigentes passaram a impor limites crescentes à capacidade dos Estados latino-americanos de sustentar seus pactos distributivos e suas coalizões sociopolíticas. A literatura recente sobre o desenvolvimento na região tem destacado como a combinação entre restrições externas, baixo dinamismo produtivo e capacidade fiscal reduzida dificultou a coordenação política necessária à manutenção de estratégias de crescimento inclusivas, contribuindo para a instabilidade dos arranjos econômicos e institucionais construídos no período anterior (PASSOS; MORLIN, 2022). Paralelamente, observa-se uma crise mais ampla de representação e de mediação democrática, expressa no desgaste dos sistemas partidários, na perda de legitimidade das instituições e na erosão dos mecanismos tradicionais de intermediação entre Estado e sociedade, fatores que conformam o pano de fundo político no qual se reorganizam as direitas contemporâneas na região.

É nesse cenário que se insere a ascensão recente de movimentos e governos de extrema-direita na América Latina. Ainda que esse seja um fenômeno de escala mundial, na periferia ele é marcado por aspectos regionais específicos, além de trajetórias e configurações distintas conforme os contextos históricos, institucionais e sociais de cada país. A emergência desses atores ocorreu tanto por meio do processo tradicional de vitória eleitoral, quanto através de rearranjos institucionais por vezes legitimados socialmente, a exemplo de processos de *impeachment* e outras formas de ruptura institucional - sem que isso implique, necessariamente, a suspensão formal dos regimes democráticos. Diferentes autores têm ressaltado que essas experiências não podem ser compreendidas como simples reedições dos autoritarismos do século XX, nem como transposições diretas de modelos europeus ou norte-americanos de extrema-direita, exigindo portanto um foco analítico sensível às especificidades latino-americanas (KALTWASSER, 2023; BORGES; ZANOTTI, 2024).

Essa extrema-direita apresenta traços recorrentes já discutidos pela literatura recente. Entre eles, destacam-se a centralidade de visões autoritárias da ordem social, o conservadorismo moral frequentemente articulado a matrizes religiosas, a retórica anti-política e anti-elitista, bem como a defesa de agendas econômicas liberalizantes combinadas com discursos de ordem, segurança e disciplina social. Diferentemente de contextos nos quais o nativismo e a imigração ocupam papel central, diversos estudos apontam que, na América Latina, essas forças se consolidam em sociedades já caracterizadas por elevada desigualdade, informalidade estrutural e Estados de bem-estar incompletos; ou seja, onde a imigração é menor e/ou não teve um impacto tão relevante na percepção geral sobre suas próprias condições de vida. (PANIGO; CASTILLO; MONZÓN, 2019; SALGADO, 2024).

Diante disso, este artigo propõe analisar a ascensão da extrema-direita na América Latina com especial atenção à política econômica - enquanto discurso e enquanto política de governo de fato. Parte-se do entendimento de que as orientações de política econômica constituem um elemento central para a caracterização desses governos e movimentos na periferia, permitindo observar suas posições em relação às políticas sociais, à condução macroeconômica e às estratégias de inserção internacional. O trabalho também adota como referência as transformações recentes da economia política internacional, em especial aquelas relacionadas à escalada autoritária e a influência hegemônica dos Estados Unidos na região, para contextualizar as orientações econômicas observadas ou defendidas nos diferentes casos nacionais.

Em particular, analisa-se os casos do Brasil, da Argentina, do Chile, de El Salvador e do Equador, contemplando aqueles países em que a extrema-direita - ou mesmo uma direita mais radicalizada, como é o caso do Equador - chegou efetivamente ao poder. Nesse sentido, o foco incide sobre as orientações e medidas de política econômica implementadas por esses governos ou, ainda, sobre seus discursos e promessas na área da economia - considerando que o Chile, por exemplo, só elegeu uma liderança de extrema-direita agora em 2025, pós eleição de Kast à presidência. Ao adotar uma abordagem comparativa e sintética, o artigo não pretende realizar estudos de caso robustos, mas apenas identificar padrões, convergências e especificidades nacionais que contribuam para a compreensão do fenômeno da extrema-direita na América Latina contemporânea.

1. CHILE

O caso chileno apresenta especificidades relevantes para a análise da extrema-direita na América Latina contemporânea, sobretudo por estar inserido em um contexto marcado por relativa estabilidade institucional ao longo do período posterior à consolidação da transição democrática, pela precoce institucionalização autoritária de um modelo econômico neoliberal já no período da ditadura e pela dinâmica recente de importante fragmentação do sistema partidário eleitoral. Em especial, a emergência da extrema-direita no Chile não se dá a partir de uma ruptura abrupta com a ordem política vigente, mas por meio de um processo de radicalização no interior do próprio campo conservador, associado à reconfiguração das direitas diante do desgaste dos partidos tradicionais e da intensificação dos conflitos políticos a partir da segunda década do século XXI.

A trajetória de José Antonio Kast, presidente de extrema-direita eleito em 2025, e a própria criação do Partido Republicano, que ele mesmo fundou quando era deputado, ilustram esse processo. Oriundo da União Democrata Independente (UDI), partido de direita cuja origem remonta ao governo de Pinochet, Kast constrói sua identidade política a partir da crítica à moderação programática da direita tradicional e da reivindicação explícita de valores associados ao legado

autoritário do período ditatorial. A fundação do Partido Republicano, em 2019, não representa portanto a emergência de um ator *outsider* à política, mas sim a institucionalização de uma cisão no interior da direita chilena, encabeçada majoritariamente por dissidentes dos partidos conservadores tradicionais. Trata-se, portanto, de uma radicalização interna ao campo da direita, que passa a disputar hegemonia política por meio da intensificação de conteúdos morais, autoritários e identitários já presentes no repertório conservador chileno (GONZÁLEZ, 2023; ZANOTTI, 2023).

Do ponto de vista ideológico, a extrema-direita chilena se estrutura em torno de alguns eixos centrais amplamente discutidos na literatura recente. Destaca-se, em primeiro lugar, a centralidade do autoritarismo como princípio fundamental, expresso na ênfase na lei e na ordem, no punitivismo penal e na defesa da repressão estatal frente a conflitos sociais. Em segundo lugar, observa-se um conservadorismo moral fortemente articulado a matrizes religiosas, que se manifesta na oposição a direitos reprodutivos, à suposta "agenda de gênero" e ao reconhecimento de direitos da população LGBTQIA +. Soma-se a esses elementos um anticomunismo persistente, mobilizado tanto como recurso retórico quanto como mecanismo de atualização simbólica da ditadura militar, em particular por meio da reinterpretação e legitimação do golpe de 1973 (URIBE, 2019). Ademais, embora o nativismo não ocupe, no Chile, a mesma centralidade observada na extrema-direita estadunidense e européia, o Partido Republicano articula um nacionalismo cultural que reivindica a defesa da "pátria" e de uma comunidade política imaginada como homogênea, mas que exclui minorias étnicas dentro do próprio país (GONZÁLEZ, 2023; ZANOTTI, 2023).

No plano da política econômica, a extrema-direita chilena se insere em uma trajetória marcada pela centralidade do neoliberalismo como matriz estruturante da ordem econômica e social. Esse aspecto resgata a ditadura militar, quando a implementação do modelo neoliberal - fortemente influenciado pelas ideias dos chamados *Chicago Boys* - consolidaram um arranjo baseado na primazia do mercado, na redução do papel do Estado e na mercantilização de direitos sociais. Esse modelo foi implantado durante o período autoritário e, com adaptações, preservado ao longo do período democrático, sem que seu núcleo fosse substancialmente alterado. A extrema-direita contemporânea mobiliza esse legado de forma explícita e o aprofunda, fazendo um resgate do neoliberalismo e apresentando-o não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como o fundamento normativo da estabilidade política e da ordem social em geral.

Ao mesmo tempo, recorre-se no discurso a formulações como "capitalismo popular" - para, por exemplo, prometer a transferência ativos em empresas estatais aos cidadãos - na tentativa de ampliar a base social de legitimação do modelo neoliberal sem questionar seus pilares estruturais (GONZÁLEZ, 2023). Nesse sentido, a defesa da propriedade privada, a oposição a reformas estruturais e a rejeição à tentativa de um processo constituinte, iniciada em 2019, aparecem como expressões da tentativa de resgatar e aprofundar o neoliberalismo, reforçando a articulação entre

autoritarismo político e defesa do mercado como princípio de ordem social. Como coloca Zanotti (2023, p. 8),

> "la ultraderecha chilena se caracteriza notablemente por su firme compromiso con los principios neoliberales (...). Kast y el Partido Republicano combinan creencias culturales conservadoras con una perspectiva de liberalismo económico. Argumentan fervientemente a favor de un papel mínimo del Estado, sólidas protecciones constitucionales contra la interferencia estatal en asuntos económicos y sociales, y derechos de propiedad generalizados. Su punto de vista sugiere que la propiedad privada, como extensión de la libertad individual, es fundamental para fomentar una comunidad genuinamente libre y socialmente responsable".

Essa combinação entre radicalização ideológica e defesa da ordem econômica também se expressa na relação ambígua da extrema-direita chilena com a democracia. Embora o Partido Republicano atue no interior das regras do jogo eleitoral e tenha ampliado sua presença institucional nos últimos anos, seu discurso frequentemente relativiza consensos democráticos e mantém uma relação ambivalente com o passado autoritário chileno, especialmente nos debates públicos sobre a ditadura e suas memórias políticas. Nesse contexto, a extrema-direita contemporânea ainda resgata da experiência ditatorial o neoliberalismo e reapresenta-o como fundamento normativo da estabilidade política e da ordem social. Ao fazê-lo, tensiona a democracia por dentro ao mesmo tempo em que busca aprofundar e proteger a continuidade do arranjo econômico neoliberal por meio de dispositivos discursivos de caráter autoritário (ZANOTTI, 2023).

Por fim, o caso chileno é particularmente relevante no quadro comparativo latino-americano por evidenciar que a ascensão da extrema-direita não depende *a priori* de um partido já institucionalizado no sistema eleitoral para que seja possível produzir efeitos políticos significativos. A consolidação do Partido Republicano, sua capacidade de influenciar a agenda pública e seu papel central nos debates em torno do processo constituinte - iniciado em 2019, mas encerrado sem sucesso pelo presidente Gabriel Boric em 2023 - demonstram como a extrema-direita pode reconfigurar o campo político mesmo que sua posição institucional seja recente ao sistema partidário. No Chile, enfim, configura-se um caso de extrema-direita neoliberal e autoritária, integrada à disputa democrática, mas orientada à debilitação substantiva de seu conteúdo e à defesa de um modelo econômico cuja implementação e continuidade se torna objeto recorrente de politização.

2. ARGENTINA

A Argentina também ocupa uma posição singular no panorama latino-americano contemporâneo por constituir um caso em que a extrema-direita não apenas alcança relevância eleitoral, mas assume o controle do poder executivo nacional. Nesse sentido, a vitória de Javier Milei em 2023 representa a chegada de um projeto explicitamente antissistêmico ao centro de

condução do Estado. Trata-se de uma experiência marcada pela conversão de uma liderança *outsider* em chefe de governo, em um contexto de prolongada instabilidade macroeconômica, inflação crônica, crises cambiais recorrentes e desgaste do movimento político kirchnerista estruturado no período posterior à crise de 2001 (VOMMARO, 2023; BONNET, 2024).

De fato, desde o início do século XXI a trajetória argentina tem sido atravessada por dificuldades persistentes de estabilização econômica e de recomposição do pacto distributivo. Os governos kirchneristas conseguiram, em determinados momentos, combinar crescimento econômico com expansão de políticas sociais, mas mantiveram vulnerabilidades estruturais associadas à inflação, à restrição externa e à dependência de condições favoráveis do mercado internacional, principalmente com relação à demanda externa de *commodities*. Por sua vez, o governo de Mauricio Macri (2015–2019) aprofundou uma agenda de liberalização financeira, abertura econômica e endividamento externo que não resultou em crescimento sustentado nem em estabilização macroeconômica, contribuindo para o descrédito das alternativas políticas tradicionais e para o aprofundamento da crise de representação (FREITAS; GHIBAUDI; CRESPO, 2021; FONTANEDA, 2025). Esse desempenho econômico insatisfatório recorrente constitui o pano de fundo no qual se amplia a rejeição às elites políticas estabelecidas até ali.

É nesse contexto que emerge a coalizão política La Libertad Avanza e a figura de Javier Milei enquanto seu líder. Em termos de discurso, este se estrutura a partir de uma combinação particular entre libertarianismo econômico radical, retórica anti-sistêmica e outros elementos característicos da extrema-direita contemporânea. Milei se coloca como oposição à "casta política tradicional", articulando de forma simultânea uma crítica ao peronismo e às forças de centro-direita, ambos apresentados como responsáveis pela crise econômica e moral do país. Como argumenta Vommaro (2023), o milenismo não se limita a disputar o poder dentro do sistema partidário, mas questiona a própria legitimidade das instituições representativas e das formas tradicionais de mediação política, apresentando-se como uma alternativa para ruptura total com a ordem vigente.

Do ponto de vista ideológico, pode-se dizer que o libertarianismo ocupa uma posição central, saindo em defesa da redução drástica do Estado, da eliminação de regulações econômicas, da privatização de empresas públicas e da subordinação explícita da política às leis do mercado. Essa agenda econômica é acompanhada por uma retórica moralizante que associa o Estado à corrupção, ao parasitismo e à decadência social; ao mesmo tempo, une-se também uma posição reacionária em temas como direitos reprodutivos, memória das vítimas da ditadura e demandas dos movimentos sociais em geral. Embora o conservadorismo religioso não desempenhe papel estruturante central, a hostilidade ao pluralismo social e à ampliação de direitos aproxima o caso argentino de outras experiências regionais de extrema-direita, como o bolsonarismo no Brasil (BONNET, 2024; OROZCO, 2024).

A dimensão populista da extrema-direita argentina se expressa na construção de uma clivagem moral entre o "povo produtivo" e a elite política parasitária, sintetizada na oposição entre "cidadãos de bem" e o funcionalismo público. Esse discurso anti-sistêmico não se dirige apenas aos partidos tradicionais, mas à própria ideia de mediação política, apresentada como entrave ao funcionamento eficiente do mercado e à liberdade individual. Bonnet (2024) observa que o caráter distintivo do milenismo reside na radicalização dessa crítica ao Estado, combinando-a com uma estética que por vezes choca em razão da agressividade discursiva e da rejeição explícita ao compromisso democrático, sem recorrer entretanto ao nacionalismo econômico em razão da sua clara sujeição à hegemonia norte-americana.

Nesse sentido, pode-se dizer que a política econômica constitui o núcleo identitário do projeto da extrema-direita argentina no poder. Diferentemente de outros casos nos quais a economia aparece como um eixo temático dentre outros - a exemplo de alguns movimentos de extrema-direita na Europa, por exemplo -, no governo Milei a política econômica assume caráter central na organização da ação governamental. Medidas como o ajuste fiscal severo, a eliminação de subsídios, a flexibilização do mercado de trabalho, a defesa da dolarização e a redução objetiva das capacidades regulatórias do Estado, configuram um tipo de neoliberalismo radical articulado a um libertarianismo de governo que é apresentado à população como a única solução técnica possível para a crise (LUCCHESI, 2025; FONTANEDA, 2025). A radicalidade deste programa reside tanto em seu conteúdo quanto na velocidade de sua implementação e na sua recusa explícita à qualquer tipo de negociação política enquanto mecanismo legítimo de governabilidade.

Nesse sentido, a extrema-direita argentina também mobiliza o neoliberalismo não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como uma racionalidade política que redefine os limites da democracia. O mercado é apresentado como a instância superior de gerência da sociedade, enquanto a deliberação democrática, a negociação política e os direitos sociais são tratados como fontes de ineficiência e distorção. Ravecca, Robaina e Zannier (2024) argumentam que o projeto milenista leva ao extremo várias das tendências já presentes no neoliberalismo, subordinando explicitamente a política às exigências do capital e esvaziando os espaços de contestação coletiva, com o objetivo de normalizar as práticas autoritárias no interior de regimes formalmente democráticos.

A radicalidade do ajuste econômico promovido pelo governo Milei também tem sido analisada a partir de seus impactos sociais e distributivos iniciais, levando em consideração que estamos ainda apenas na metade do seu mandato presidencial. De forma geral, essas análises parciais destacam o caráter regressivo das medidas adotadas, seu impacto na compressão da demanda interna e o visível agravamento das condições de vida de setores populares e da classe média, evidenciando os custos sociais do chamado "Plano Motosserra" promovido por Milei e seu

Ministro da Economia Luis Caputo (GENNARI et al., 2025; LUCCHESI, 2025). No que tange a este plano de estabilização, Fontaneda (2025, 9. 55) elenca seus desafios: “los distintos vencimientos de la deuda, su dependencia de organismos internacionales, la situación de las reservas internacionales del Banco Central o la aún todavía elevada inflación, seguirán suponiendo a la administración importantes retos a la hora de estabilizar la economía”.

Já no plano internacional, a extrema-direita argentina sob Milei introduz uma inflexão significativa na política externa. O governo promove um alinhamento explícito com os Estados Unidos de Donald Trump, rompendo com estratégias anteriores de maior autonomia relativa e diversificação de parcerias comerciais. Busso (2024) analisa esse movimento como uma estratégia de “acoplamento múltiplo”, na qual a aproximação com Washington se combina à adesão simbólica e política a redes transnacionais da extrema-direita. Nesse contexto, a relação de Milei com o trumpismo ocupa lugar central, tanto no plano discursivo quanto simbólico, aproximando o governo argentino de figuras, organizações e agendas associadas à extrema-direita norte-americana.

Essa aproximação com o universo político vinculado a Donald Trump não se limita à retórica, mas envolve a incorporação de estilos de liderança personalista, de hostilidade a organismos multilaterais e de desconfiança em relação à cooperação regional. O próprio presidente Javier Milei declarou estar disposto a retirar a Argentina do Mercosul para selar um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, além de ter aberto uma linha de financiamento no valor de U$ 20 bilhões com o governo Trump em outubro de 2025, com o objetivo de fortalecer as reservas para conter a inflação. Nessa lógica, a política externa torna-se parte integrante do projeto ideológico da extrema-direita argentina, articulando neoliberalismo radical, discurso anti-sistema e alinhamento geopolítico com a extrema-direita global (BUSSO, 2024).

Em paralelo, a relação da extrema-direita argentina com a democracia é marcada pelo paradoxo de um projeto anti-sistêmico operando a partir do próprio poder executivo. Embora Milei tenha chegado ao governo por meio do processo eleitoral e mantenha formalmente o respeito às regras institucionais, seu discurso frequentemente deslegitima o Congresso, os partidos políticos, os sindicatos e os movimentos sociais. A retórica agressiva contra opositores, jornalistas e organizações da sociedade civil contribui para a erosão de normas democráticas informais, ainda que o governo enfrente limites institucionais decorrentes de sua frágil base parlamentar (VOMMARO, 2023; BONNET, 2024).

Por fim, a experiência argentina assume grande relevância no quadro comparativo latino-americano por demonstrar que como a extrema-direita pode chegar ao poder com uma agenda econômica radicalizada e libertária, combinada a um alinhamento internacional com a extrema-direita global, em especial aquela conduzida por Donald Trump. O caso argentino, nesse sentido, evidencia uma variante da extrema-direita contemporânea na qual a política econômica não

é apenas um instrumento de governo, mas o núcleo identitário do projeto político, distinguindo-se claramente de outras experiências fora da América Latina e oferecendo uma experiência de neoliberalismo autoritário para a análise das relações entre extrema-direita, neoliberalismo e democracia no século XXI.

3. BRASIL

O caso brasileiro ocupa uma posição central na análise da extrema-direita latino-americana no século XXI por condensar, em um intervalo de tempo relativamente curto, a ascensão eleitoral dessa força política, seu exercício efetivo do poder executivo e a persistência de capacidades de mobilização e contestação institucional após a derrota nas urnas pela tentativa de reeleição em 2022. Nesse sentido, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 não pode ser compreendida como um evento isolado ou meramente conjuntural, mas como a cristalização de um processo mais amplo de reorganização das direitas no país iniciado em meados da década. Como sustentam Rennó (2023) e Silva e Rodrigues (2021), o bolsonarismo deve ser analisado como um fenômeno político-ideológico dotado de relativa autonomia em relação ao ciclo governamental iniciado em 2019, com bases sociais, repertórios discursivos e estratégias organizativas que antecedem o exercício do poder e persistem para além dele.

A literatura que se debruça sobre o bolsonarismo converge amplamente na identificação de elementos como autoritarismo, antipetismo, anticomunismo e rejeição ao pluralismo político, ainda que haja divergências quanto às categorias analíticas mobilizadas para apreender o fenômeno. Parte dos autores recorre à noção de populismo de direita para enfatizar a construção de antagonismos morais e a oposição entre um "povo" supostamente homogêneo e elites políticas deslegitimadas. Outros mobilizam a categoria de neofascismo para sublinhar a radicalização autoritária em contexto democrático e a presença de traços ideológicos que remetem, ainda que de forma historicamente reconfigurada, às experiências fascistas do século XX.

Boito Jr. (2020; 2021) sustenta que a crise política brasileira iniciada na década de 2010 abriu espaço para a ascensão de um grupo político com características neofascistas, entendido não como repetição histórica, mas como forma específica de extrema-direita que opera no interior da democracia liberal. Melo (2020), também dialogando com a tradição teórica sobre o fascismo, reforça essa leitura ao destacar a centralidade da retórica palingenética, do anticomunismo estrutural e da construção de inimigos internos. De forma complementar, Soares (2021) insere o bolsonarismo no processo mais amplo de emergência de uma nova direita no Brasil, marcada pela convergência entre conservadorismo moral, liberalismo econômico e autoritarismo político.

A trajetória política de Jair Bolsonaro e a forma como sua liderança foi construída ao longo do tempo ajudam a compreender a consolidação desse fenômeno. Antes mesmo da campanha presidencial de 2018, Bolsonaro já se afirmava como figura de contestação aberta às normas do regime democrático pós-1988, defendendo publicamente a ditadura militar, relativizando a violência estatal e atacando os direitos das minorias. A campanha eleitoral ampliou esses elementos ao articular antipetismo, conservadorismo moral e discurso de ordem em uma gramática política fortemente polarizante, que transformou adversários políticos em inimigos morais. Silva e Rodrigues (2021) mostram como esse repertório discursivo permitiu mobilizar segmentos sociais heterogêneos, unificados menos por um programa positivo e coerente do que pela rejeição ao campo progressista e às instituições associadas à chamada "velha política".

No exercício do governo, a retórica anti-sistêmica conviveu de forma tensa com as exigências de governabilidade do presidencialismo de coalizão. Embora o discurso presidencial enfatizasse a rejeição a acordos e barganhas, a sustentação parlamentar do governo passou progressivamente por negociações com forças tradicionais, em especial com o chamado Centrão. Essa acomodação não implicou abandono da retórica de ruptura, mas produziu uma tensão permanente entre discurso e prática, evidenciada na instabilidade ministerial, nos conflitos internos ao governo e na coexistência de agendas por vezes contraditórias. Nesse arranjo, a política econômica desempenhou papel central como elemento de estabilização do governo junto a setores empresariais, financeiros e da grande mídia, funcionando como um dos principais vetores de legitimação do bolsonarismo no poder (BARROS, 2020).

A política econômica do governo Bolsonaro tem sido analisada pela literatura como o eixo estruturante do seu projeto governamental, ainda que com atenção às suas ambiguidades e inflexões conjunturais. Há relativo consenso quanto à predominância de uma orientação neoliberal, expressa na defesa da austeridade fiscal, nas reformas estruturais, no programa de privatizações e no desmonte de políticas sociais. Santos Neto (2022) enfatiza a subordinação do governo aos interesses do agronegócio e do capital financeiro, enquanto Salvador e Penante (2022) analisam o planejamento governamental bolsonarista, reforçando a coerência interna dessa racionalidade econômica neoliberal e sua articulação com a reconfiguração do papel do Estado. Ao mesmo tempo, análises mais sensíveis à conjuntura evitam leituras homogêneas do período. Araújo (2023) propõe interpretar a condução econômica entre 2019 e 2022 como a combinação entre neoliberalismo radical e pragmatismo econômico, evidenciando, por exemplo, as medidas de expansão fiscal durante a pandemia de Covid-19, ainda que combinadas à manutenção do discurso fiscalista e do compromisso com a consolidação das contas públicas.

Ao final do mandato, podemos dizer que Bolsonaro não teve sucesso na implementação da totalidade de seu plano econômico, mas logrou êxito particularmente na corrosão dos direitos

sociais. Por exemplo, apesar da defesa irrestrita às privatizações, o Ministro da Economia Paulo Guedes só conseguiu uma vitória nesse campo, ao privatizar a maior distribuidora de combustíveis do país, a BR Distribuidora. Já em relação ao salário mínimo, Bolsonaro acabou com a possibilidade de um aumento real, ao mesmo tempo em que flexibilizou os direitos trabalhistas com a Medida Provisória da Liberdade Econômica em 2019. A austeridade alcançou também o programa Bolsa Família, do qual foram excluídas quase um milhão de famílias já no primeiro ano do seu mandato. Da forma como Silva e Rodrigues (2021, p. 102) colocam, "diferentemente da agenda autoritária, a agenda neoliberal poderia encontrar maior apoio no Congresso Nacional e, mesmo, nos principais setores da imprensa", evidenciando como o neoliberalismo e o fortalecimento do grande capital é na verdade o projeto final da extrema-direita brasileira.

No plano da política externa, o governo Bolsonaro promoveu uma inflexão significativa em relação a padrões consolidados da diplomacia brasileira. Vidigal (2019) identifica como diretriz central do período o alinhamento preferencial aos Estados Unidos durante o primeiro governo de Donald Trump, configurando um afastamento em relação a estratégias de autonomia e diversificação de parcerias que marcaram outros momentos da política externa brasileira. Essa reorientação foi acompanhada por uma postura crítica ao multilateralismo, ao regionalismo sul-americano e a agendas associadas à governança global.

Baptista, Bertolucci e Diogo (2020) argumentam que, a partir da eleição de Bolsonaro e da nomeação de Ernesto Araújo para o Ministério das Relações Exteriores, intensificou-se a politização da política externa, com questionamentos diretos à tradição profissional do Itamaraty. Hirst e Maciel (2022) propõem compreender essa inflexão como resultado da articulação entre um núcleo político-ideológico conservador, uma agenda econômica liberal-conservadora e a supostas preocupações associadas à segurança e à defesa nacional, reforçando a integração entre política externa e projeto doméstico de poder.

A derrota eleitoral de Jair Bolsonaro em 2022 não significou o esgotamento do bolsonarismo enquanto força política. A recusa em reconhecer plenamente o resultado das eleições, a manutenção de mobilizações contestatórias e a circulação de narrativas de deslegitimação do processo democrático indicaram a persistência de uma base social mobilizada e de estruturas organizativas capazes de sustentar a contestação institucional. Esse processo culminou na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023, episódio amplamente interpretado como tentativa de ruptura institucional. Rennó (2023) e Gennari et al. (2025) situam esse evento no interior de uma dinâmica mais ampla de radicalização autoritária e de continuidade do projeto político da extrema-direita para além do ciclo governamental, destacando a permanência de repertórios de confrontação institucional e de mobilização anti-sistêmica.

Tomado em conjunto, o caso brasileiro evidencia que a extrema-direita no século XXI não pode ser compreendida apenas a partir do exercício formal do poder executivo. O bolsonarismo articulou uma gramática cultural conservadora e anticomunista, uma política econômica orientada por princípios liberalizantes, uma política externa reconfigurada por alinhamentos ideológicos e uma mobilização social persistente voltada à deslegitimação de instituições democráticas. A tentativa de golpe de janeiro de 2023 reforça que a temporalidade do fenômeno excede o ciclo governamental, exigindo abordagens que considerem tanto a experiência no poder quanto as estratégias de continuidade e radicalização após a derrota eleitoral.

4. EQUADOR

Com respeito ao Equador, podemos dizer que seu caso ilustra de forma particularmente nítida a consolidação de uma extrema-direita no poder que não se apresenta sob a forma clássica do populismo, mas como a articulação entre uma agenda econômica neoliberal, um estilo de governo marcado pela tecnocracia empresarial e o uso recorrente de políticas de segurança baseadas na militarização e na ampliação de dispositivos de exceção. A ascensão de Daniel Noboa à presidência não pode ser compreendida como uma ruptura abrupta no sistema político, tampouco como resultado exclusivo de uma conjuntura imediata de crise, mas como desdobramento de um processo mais longo de reconfiguração das direitas no país.

Como demonstram Gallegos (2021; 2022) e Velasco (2021), o período pós-correísta - ou seja, posterior ao governo de Rafael Correa entre 2007 e 2017 - foi marcado por um deslocamento progressivo do campo político para a direita, estruturado em torno do anti-correísmo, da erosão de mediações democráticas e da crescente legitimação de discursos de ordem, segurança e criminalização do conflito social. Esse cenário abriu espaço para a crise de governabilidade que levou o presidente Guillermo Lasso a dissolver a Assembleia Nacional e convocar eleições antecipadas em 2023, evitando um processo de *impeachment* por suposto peculato. Em 15 de outubro daquele ano, Noboa foi eleito presidente por 51,83% dos votos válidos.

Esse contexto foi intensificado por um quadro de crise múltipla que atravessou o Equador na última década. A instabilidade política após os governos Moreno e Lasso, a deterioração das condições de segurança pública, a expansão da violência associada ao narcotráfico e a crise energética conformaram um ambiente de elevada incerteza e fragilidade institucional. Ramón e Landeta (2024) analisam esse momento como uma conjuntura marcada pela produção de um estado de exceção permanente, no qual a gestão da crise se dá por meio da militarização, da suspensão recorrente de garantias sociais e da espetacularização da violência estatal. Sem estabelecer relações causais diretas, essa literatura evidencia como a combinação entre insegurança material, colapso de

serviços públicos e descrédito das elites políticas tradicionais abriu espaço para a aceitação social de soluções autoritárias e punitivistas.

É nesse cenário que se consolida o governo de Daniel Noboa, cuja especificidade reside menos na retórica populista e mais na articulação entre uma agenda econômica neoliberal, um estilo de governo tecnocrático-empresarial e a intensificação dos mecanismos autoritários. Ramón, Landeta e Merinó (2025) propõem caracterizar esse arranjo como um tipo de neoliberalismo autoritário, enfatizando que o núcleo do projeto governamental reside na recomposição neoliberal do Estado combinada à concentração decisória no Executivo e à erosão de controles institucionais. Diferentemente de experiências de extrema-direita que mobilizam fortemente a retórica *anti-establishment,* Noboa vem de uma família com longos vínculos à política equatoriana, se apresentando como uma gestão eficiente e pragmática, ancorada na racionalidade empresarial da qual ele também é herdeiro.

Sua política econômica ocupa lugar central em seu projeto. Longe de se restringir a um conjunto de medidas técnicas, a agenda neoliberal do governo Noboa estrutura prioridades, alianças e formas de exercício do poder. A ênfase na disciplina fiscal, na reabertura de espaços para o capital privado, na flexibilização regulatória e na redução do papel redistributivo do Estado aparece articulada a uma lógica de empresarização da gestão pública. Podemos destacar ainda a presença de traços patrimonialistas, expressos na confusão entre interesses privados e decisões estatais, na centralização de recursos e na utilização do aparato estatal como extensão de estratégias empresariais. Esse padrão reforça a leitura do neoliberalismo não apenas como política econômica, mas como racionalidade de governo que redefine o papel do Estado e reconfigura as fronteiras entre público e privado (Ramón, Landeta, Merinó, 2025).

A centralidade da economia no caso equatoriano se expressa também na forma como a agenda neoliberal é compatibilizada com o autoritarismo punitivo. Peralta, Gallegos e Guarderas (2025) analisam o governo Noboa como uma expressão desse conceito, no qual a política de segurança funciona simultaneamente como mecanismo de controle social e como estratégia de legitimação das reformas neoliberais. A militarização do território, o endurecimento penal e a ampliação das prerrogativas das forças armadas não aparecem como respostas transitórias à crise, mas como componentes estruturais de um projeto que combina repressão, disciplinamento social e reconfiguração econômica.

Nesse sentido, a violência estatal e a política econômica operam de forma complementar, ainda que não se estabeleça entre elas uma relação causal direta. Ou seja, ambas integram um mesmo modo de governar, especificamente compatível com formas contemporâneas de neoliberalismo autoritário segundo uma lógica empresarial. Da forma como colocam Ramón, Landeta e Merino (2025, p. 2829), “la desregulación del capital, la privatización de bienes públicos

y la flexibilización laboral se implementan de la mano de un aparato repressivo que garantiza la imposición de estas medidas en un contexto de creciente descontento social"

A análise da crise energética iniciada em 2024 reforça essa leitura, pois evidencia a incapacidade estatal de garantir serviços básicos e o objetivo de converter o problema em uma justificativa para a adoção de medidas excepcionais, reforçando a militarização e a centralização do poder executivo. A gestão da crise, marcada por apagões e precarização da infraestrutura, não produziu uma inflexão substantiva na orientação econômica, mas foi incorporada ao discurso de eficiência e urgência que sustenta o projeto governamental de Noboa. A excepcionalidade, nesse caso, não suspende o neoliberalismo, mas o reforça, ao ampliar margens de decisão discricionária e reduzir mecanismos de controle democrático (Ramón, Landeta, 2024).

Para além das políticas formais, o governo de Daniel Noboa também investe fortemente na dimensão performática e midiática do poder. Nesse sentido, Hernández (2025) analisa como a construção da imagem de um presidente jovem, moderno e tecnocrático opera como estratégia de legitimação interna, mesmo diante do aprofundamento da erosão democrática. A combinação entre comunicação direta, espetacularização da repressão e linguagem empresarial contribui para apresentar o autoritarismo como gestão racional e necessária, diluindo resistências e deslocando o debate público para a lógica da eficiência e da segurança. Esse aspecto lança luz à dimensão simbólica e discursiva do governo.

Para além, a persistência e a normalização desse arranjo autoritário-neoliberal devem ser compreendidas também à luz das fragilidades do campo progressista e da esquerda institucional no Equador. Madrid (2025) destaca como a crise da esquerda, marcada por sua fragmentação, sua perda de capacidade mobilizadora e sua convergência parcial ao neoliberalismo, contribuiu para o deslocamento do campo político à direita. Esse aspecto nos ajuda a compreender como a extrema-direita tecnocrática de Noboa se beneficia de um cenário em que alternativas progressistas aparecem enfraquecidas e deslegitimadas.

Finalmente, tomado em conjunto, o estudo de caso do Equador evidencia que a extrema-direita no poder no século XXI não se apresenta necessariamente sob a forma do populismo carismático, mas pode operar por meio de uma racionalidade tecnocrática que combina neoliberalismo, repressão e erosão democrática gradual. O governo Noboa não inaugura esse processo, mas o consolida, aprofundando dinâmicas já em curso no pós-correísmo. Ao fazê-lo, o Equador se afirma como um caso-chave para compreender as transformações contemporâneas da extrema-direita latino-americana e os desafios colocados à democracia liberal na região.

5. EL SALVADOR

El Salvador é outro caso que ocupa um lugar singular no debate sobre a extrema-direita latino-americana em razão de combinar a ascensão de um governo fortemente personalista e autoritário com elevados níveis de apoio popular, ancorado sobretudo na política de segurança. Em termos gerais, a experiência salvadorenha se organiza em torno da liderança do presidente Nayib Bukele e da reconfiguração do sistema político nacional após a erosão da legitimidade dos dois principais partidos políticos do país- a saber, o ARENA e o FMLN -, que dominaram o sistema partidário nas três décadas que sucederam a guerra civil a partir de 1992. Para compreender essa trajetória, é fundamental situar o cenário de violência e insegurança que precede a chegada de Bukele ao poder e que constitui o pano de fundo central de sua legitimação no poder (MELÉNDEZ-SÁNCHEZ, 2023; SANTOS, 2024).

Desde o fim da guerra civil, El Salvador conviveu com níveis extremamente elevados de violência, associados à atuação das maras, gangues criminosas transnacionais originadas nos EUA que dominaram o país com violência, extorsão e tráfico. Ao longo das décadas de 2000 e 2010, diferentes estratégias foram implementadas pelos governos vinculados à ARENA e ao FMLN, incluindo políticas de endurecimento penal e tentativas de negociação com grupos criminosos, sem que se produzisse uma redução sustentada da violência. Esse contexto contribuiu para a erosão da legitimidade do sistema bipartidário consolidado após 1992 e também influenciou a percepção generalizada de incapacidade das elites políticas tradicionais em responder ao problema da segurança, que veio a se tornar uma demanda social transversal e prioritária (GONZÁLEZ, 2024).

É nesse cenário que se insere a ascensão de Nayib Bukele, eleito sob a sigla da Gran Alianza por la Unidad Nacional (GANA), um pequeno partido conservador que serviu de plataforma para Bukele nas eleições de 2019. Sua chegada à presidência representa a primeira vez, desde José Napoleón Duarte, que um candidato chega ao poder em El Salvador sem estar representado pelos partidos FMLN ou ARENA, evidenciando o processo de reorganização do conflito político a partir da dicotomia entre ordem e inimigos internos, na qual o combate ao crime assume papel estruturante. Meléndez-Sánchez (2023) argumenta que o bukelismo deve ser compreendido como um projeto que combina personalismo, comunicação direta e uso intensivo das redes sociais com a deslegitimação sistemática das instituições de controle e dos partidos tradicionais. A securitização da política, nesse sentido, não aparece como um tema entre outros, mas como o eixo central da sua construção de autoridade e da produção de consenso social em torno do governo.

Nesse sentido, reiteramos que a política de segurança implementada por Bukele constitui o núcleo mais distintivo de seu governo. A decretação de regimes de exceção, a ampliação do papel das Forças Armadas na segurança interna e o encarceramento em massa de milhares de pessoas passaram a funcionar como instrumentos permanentes de governo, e não como respostas pontuais a uma situação emergencial. Wolf (2024) e Kurylo (2024) analisam esse processo como a

consolidação de um estado de exceção prolongado, no qual a suspensão de garantias civis é normalizada em nome da eficácia no combate ao crime. Pode-se dizer que a política de segurança opera simultaneamente como tecnologia de controle social e como mecanismo de legitimação política, produzindo elevados índices de aprovação popular ao mesmo tempo em que restringe severamente o espaço para a crítica e a oposição.

Embora a centralidade da segurança seja inegável, vale também analisar outros aspectos do seu governo. No plano da economia, observa-se uma combinação entre continuidade do alinhamento pró-mercado, pragmatismo fiscal e subordinação da política econômica às exigências do seu plano de segurança nacional. Santos (2024) aponta que não houve uma ruptura substantiva com o modelo econômico vigente antes de 2019, marcado pela dolarização, pela abertura ao capital externo e por políticas fiscais conservadoras. A economia não se converteu, portanto, em um eixo de mobilização política comparável ao da segurança, mas funciona como base material de sustentação do regime bukelista, orientando-se a garantir certa previsibilidade macroeconômica e reduzir potenciais resistências de outros atores econômicos relevantes (GONZÁLEZ, 2024).

Nesse sentido, vale destacar que a relação entre o governo de Nayib Bukele e o neoliberalismo não se manifesta prioritariamente por meio de um discurso econômico programático e explícito, mas pela forma como a racionalidade de mercado estrutura a reorganização do Estado e da sua governabilidade. Conforme argumenta Morais (2025), pode-se dizer que El Salvador configura-se como um laboratório contemporâneo do neoliberalismo ao articular políticas pró-mercado, disciplina fiscal, redução do funcionalismo público e atração de investimentos com a expansão do aparato estatal voltado à política segurança, ao encarceramento e ao controle social.

Nesse arranjo, o neoliberalismo não implica diretamente a retração do Estado, mas sim sua reestruturação autoritária, na qual funções coercitivas são fortalecidas enquanto direitos sociais, garantias civis e mecanismos de controle democrático são fragilizados. Assim, no caso salvadorenho, o neoliberalismo aparece menos como ideologia explicitamente disputada e mais como racionalidade de governo, compatível com a centralidade da segurança e com a consolidação de um projeto autoritário amplamente legitimado socialmente. Como em outros casos latino-americanos, o neoliberalismo se mistura ao autoritarismo e também se transforma no modo de fazer política em El Salvador, auxiliando a corrosão democrática em detrimento da lógica do bem comum.

Nesse contexto, a adoção do *Bitcoin* como moeda de curso legal, anunciada em 2021, representa um experimento político-simbólico no país. A iniciativa foi amplamente divulgada como um sinal de inovação e modernização do sistema econômico, projetando internacionalmente a imagem de um governo disposto a romper com convenções tradicionais. No entanto, a experiência teve alcance limitado no cotidiano da economia salvadorenha e enfrentou baixa adesão por parte da

população e dos agentes econômicos. Em 2025, após quatro anos de vigência, o governo decidiu retirar o *Bitcoin* do status de moeda oficial, mantendo seu uso apenas de forma voluntária a em transações particulares. Tal mudança ocorre em um contexto desafiador para o país, em razão de sua economia ser pouco dinâmica e altamente endividada, sendo a que menos cresceu na região nos últimos 5 anos. Justamente em vista disso, Bukele iniciou uma negociação de empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que colocou como uma de suas condições a necessidade de mitigar os riscos do *Bitcoin* (VENTAS, 2025a).

Tratando agora do plano internacional, pode-se dizer que El Salvador sempre manteve um alinhamento estrutural com os Estados Unidos, especialmente nas áreas de segurança, migração e cooperação econômica. Sob Bukele esse alinhamento é intensificado, personalizado e ideologicamente reforçado, sobretudo na relação com Donald Trump. Parducci (2021) analisa como a cooperação na esfera da segurança e o discurso anti-crime se tornam pontos de convergência centrais entre os dois governos, enquanto Ventas (2025b) e Lejtman (2026) destacam a afinidade política e simbólica entre Bukele e Trump, inserindo o presidente salvadorenho em uma rede transnacional mais ampla da extrema-direita contemporânea. Essa intensificação do alinhamento com os Estados Unidos funciona como extensão internacional do projeto autoritário interno, reforçando a legitimidade externa do governo e articulando segurança doméstica e política externa.

Tomado em conjunto, o caso de El Salvador evidencia uma forma particular de extrema-direita no poder, estruturada em torno da securitização da política, do personalismo e da erosão sistemática dos mecanismos de controle institucional. Diferentemente de experiências como a argentina ou a brasileira, nas quais a economia ocupa lugar central na disputa política, no caso salvadorenho a segurança constitui o principal eixo de legitimação e organização do poder, ao qual as demais dimensões se subordinam. A experiência de Bukele demonstra, assim, como a extrema-direita pode consolidar-se no poder não apenas por meio de programas econômicos radicais ou coalizões partidárias amplas, mas pela combinação entre medo, ordem e excepcionalidade permanente.

1. CONCLUSÃO

A análise comparativa dos casos examinados ao longo deste artigo evidencia que a extrema-direita latinoamericana no século XXI não se manifesta de forma homogênea, nem segue um padrão único de ascensão política. Nos países tratados por esse trabalho, as forças e lideranças de extrema-direita lograram chegar à presidência, ainda que por trajetórias distintas e com diferentes graus de institucionalização. Em outros contextos, no entanto, a extrema-direita permanece como um ator marginal, fragmentado ou predominantemente discursivo, influenciando

agendas e debates públicos, mas sem se converter, ao menos até o momento, em um alternativa governante bem consolidada, como ocorre como no México, na Colômbia, no Paraguai e no Uruguai.

Apesar dessas diferenças, o conjunto dos casos analisados permite identificar elementos recorrentes que atravessam as distintas experiências nacionais. Entre eles, destaca-se a defesa da economia de mercado e do neoliberalismo, seja de forma explícita, como em projetos abertamente pró-mercado, seja de maneira implícita, por meio da rejeição a políticas redistributivas, à ampliação do papel do Estado e a modelos econômicos de orientação progressista. Ainda que fora do escopo deste trabalho, vale mencionar que nos contextos em que a extrema-direita não chega ao poder, seus discursos também tendem a reforçar consensos em torno da estabilidade macroeconômica, da propriedade privada, da contenção do gasto público e da política externa orientada pelo estreitamento da relação com os Estados Unidos de Donald Trump.

Nesse sentido, a extrema-direita na América Latina contemporânea deve ser compreendida menos como um fenômeno homogêneo e mais como um conjunto de experiências nacionais cujas trajetórias dependem das configurações institucionais, dos legados políticos e das disputas em torno do modelo econômico em cada país. Em particular, a ascensão da extrema-direita à presidência em alguns países da região resulta de condições específicas que combinam crises políticas, desgaste das elites tradicionais e oportunidades institucionais conjunturais. Ainda assim, mesmo nos contextos em que a extrema-direita não se consolida eleitoralmente, sua presença no debate público tende a reforçar consensos neoliberais, menosprezar a desigualdade social e advogar em favor da política de influência trumpista sobre a América Latina. Ao evidenciar essas dinâmicas, o artigo contribui para uma leitura mais precisa da extrema-direita na região, destacando tanto suas diferenças internas quanto os elementos estruturais que atravessam suas diversas manifestações no século XXI.

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .

ARAÚJO, Victor L. A Economia Brasileira sob o Governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. Rio de Janeiro: **Centro Internacional Celso Furtado**, 2023. (Texto para Discussão sobre o Desenvolvimento, n. 1).

BARROS, M. C. Neofascismo e neoliberalismo: o fenômeno Bolsonaro. Niterói: **Revista Ensaios**, v.17, p. 136-158. 2020.

BAPTISTA, João Victor da M.; BERTOLUCCI, Artur Cruz; DIOGO, Ana Victória K. Política de Estado ou de governo? A reorientação da política externa brasileira sob o governo Bolsonaro.

Salvador/Recife: **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, v. 45, n. 250, 2020. p. 502-533.

BÉRTOLA, Luis; OCAMPO, José Antonio. La economía latinoamericana durante las primeras décadas del siglo XXI. Cidade do México: **El Trimestre Económico**, v. 89, n. 353, 2022. p. 39-71.

BÉRTOLA, Luis; OCAMPO, José Antonio. **Desarrollo, Vaivenes y Desigualdad**: una historia económica de América Latina desde la independencia. Espanha: Secretaría General Iberoamericana, 2010.

BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo?. Campinas: **Crítica Marxista**, n. 50, p. 111-119, 2020.

BOITO JR., Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. Salvador: **Caderno CRH**, v. 34, 2021. p. 1-23.

BONNET, Alberto. El ascenso de Milei en Argentina y las nuevas extremas derechas de América Latina. Buenos Aires: **Papel Político**, v. 29, 2024.

BORGES, André; ZANOTTI, Laura. Authoritarian But Not Nativist: classifying far-right parties in Latin America. Inglaterra: **Political Studies**, v. 73, n. 4, n. 1, 2024. p. 1569-1591.

BROQUETAS, Magdalena; CAETANO, Gerardo. **La Ola de Ultraderecha Llega a Uruguay**. Estrategia - Centro Latinoamericano de Análisis Estratégico (CLAE), 7 de abril de 2024. Disponível em: https://estrategia.la/2024/04/07/la-ola-de-ultraderecha-llega-a-uruguay/. Acesso em: 28/01/2026.

BURIAN, Camilo L.; LUJÁN, Diego. Uruguay 2024: el retorno del Frente Amplio al gobierno y los límites de la ultraderecha en un sistema institucionalizado. Santiago: **Revista de Ciencia Política**, v. 45, n. 2, 2025.

BUSSO, Anabella. La política exterior de Javier Milei frente a Estados Unidos: un escenario de múltiples acoplamientos. *In*: **Anuario en Relaciones Internacionales 2024**. La Plata: Instituto de Relaciones Internacionales, 2024.

CAETANO, Gerardo. Novedades y radicalidad de las ‘derechas alternativas’ en el Uruguay reciente: el caso de Cabildo Abierto. Córdoba: **Estudios**, n. 49, 2023.

CAETANO, Gerardo. Uruguay no es una isla: el regreso de la izquierda y sus desafíos. Buenos Aires: **Nueva Sociedad**, n. 315, 2025.

CANZANI, Agustín; LERETÉ, Camila Z.. Entre el revival, la innovación y el aprovechamiento de las oportunidades: la nueva derecha en Uruguay. Montevidéu: **Friedrich-Ebert-Stiftung**, 2021.

FONTANEDA, Tomás P. Estabilizar Sin Gradualismo: política fiscal y monetaria bajo el plan Milei. Espanha: **Revista Internacional de Política Económica**, v. 7, n. 2, 2025. p. 38-57.

FRANZON, Davi J.; PAZOS, Augustina M. Novos populismos em América Latina: a formação do Cabildo Abierto no Uruguai. São Paulo: **Aurora**, v. 17, n. 52, 2025. p. 91-119.

FREITAS, Alexandre J.; GHIBAUDI, Javier W.; CRESPO, Eduardo A. Promessas de um Liberalismo Tardio: uma análise das políticas econômicas do governo Macri (2015-2019). Rio de Janeiro: **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, n. 2, 2021.

GALLEGOS, Franklin R. **Ecuador: la derecha radicalizada**. Le Monde Diplomatique, 4 de fev. de 2021. Disponível em: https://www.eldiplo.org/notas-web/ecuador-la-derecha-radicalizada/. Acesso em: 05/02/2026.

GALLEGOS, Franklin R. Pospopulismo y derecha radical en el Ecuador del siglo XXI. Cuba: **TEMAS**, n. 108-109, 2022. p. 50-56.

GENNARI, Adilson M. *et al*. A Economia Política da Motosserra de Javier Milei na Argentina. Marília: **Revista do Fim do Mundo**, n. 13, 2025. p. 72-90.

GONZÁLEZ, Andrea Gartenlaub. Derecha Radical Chilena: características ideológicas, programáticas y discursivas del Partido Republicano Chileno. Paris: **IdeAs - Idées d'Amériques**, v. 21, 2023.

GONZÁLEZ, Mario J. S. De las políticas de mano dura a la política del estado de excepción en El Salvador. El Salvador: **ECA Estudios Centroamericanos**, v. 79, n. 776, 2024.

HERNÁNDEZ, Silvia A. **El laboratorio Noboa**: cómo la nueva derecha desmantela la democracia sin tanques. El Salto, Madri, 6 de set. de 2025. Opinión. Disponível em: https://www.elsaltodiario.com/ecuador/laboratorio-noboa-nueva-derecha-desmantela-democracia-tanques. Acesso em: 01/02/2026

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro. **SciELO Preprints**, 2022.

KALTWASSER, Cristóbal Rovira. The Far Right in Latin America: definitions and explanations. Bonn: **Friedrich-Ebert-Stiftung**, 2023.

LARROUQUÉ, Damien. Elecciones en Uruguay: derrota del Frente Amplio y autonomización de la extrema-derecha. França: **Les Études du CERI**, 245-246, 2020. p.80 - 82.

LEJTMAN, Román, **Trump ratifica su alianza estratégica con Bukele durante el Desayuno Nacional de Oración servido en Washington**. Indobae, 05 de fev. de 2026. Disponível em: https://www.infobae.com/estados-unidos/2026/02/05/trump-ratifica-su-alianza-estrategica-con-bukele-durante-el-desayuno-nacional-de-oracion-servido-en-washington/. Acesso em: 08/02/2026.

LUCCHESI, Alexandre. Ajuste econômico na Argentina de Milei: ruptura neoliberal e desafios para o Mercosul. Marília: **BJIR**, v. 14, 2025.

MADRID, Andrés. **Ecuador: ¿Que le pasó a la izquierda?**. Viento Sur, 15 de maio de 2025. Disponível em: https://vientosur.info/ecuador-que-le-paso-a-la-izquierda/. Acesso em: 04/02/2025.

MELÉNDEZ-SÁNCHEZ, Manuel. La Ultraderecha en El Salvador: el peculiar caso de Nayib Bukele. Bonn: **Friedrich-Ebert-Stiftung**, 2023.

MELO, Damian. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, E.; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo L. R.; CHABALGOUTY, Diego (Orgs.). **(Neo)fascistas e educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Morula Editorial. 2020.

MORAIS, Lays B. V. O governo de Bukele em El Salvador: um novíssimo laboratório para o neoliberalismo. In: VI Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas. **Anais** [...]. Brasília: Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2025. Disponível em: https://www.pdpp2025.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9UUkFCQUxIT1wiOlwiMzQwXCJ9IiwiaCI6IjY0MTc1ZTAwMjJmYzNhZDMwYTQ5ZmNiYWEwZDc3Yjc0In0%3D. Acesso em: 10/02/2026.

OROZCO, Alán R. R. Extremas Derechas en América: reacción conservadora y autoritarismo social en Chile y Argentina (2019-2023). Buenos Aires: **Argumentos - Revista de crítica social**, n. 30, 2024. p. 381-411.

PASSOS, Nikolas; MORLIN, Guilherme Spinato. Growth models and comparative political economy in Latin America. França: **Revue de la Régulation**, v. 33, 2022.

PANIGO, Demian; CASTILLO, Kevin; MONZÓN, Nicolás. La Preferencia por la Desigualdad y el Ascenso de Gobiernos de Derecha en América Latina: una aproximación econométrica a la hipótesis de Dubet. Argentina: **Cuadernos De Economía Crítica**, ano 5, n. 10, 2019. p. 71-98.

PERALTA, Pablo O.; GALLEGOS, Franklin R.; GUARDENAS, Augusto B. **¿Por qué la derecha se impuso otra vez en Ecuador?**. Nueva Sociedad, Buenos Aires, 13 de abril de 2025. Opinión. Disponível em: https://www.nuso.org/articulo/por-que-la-derecha-se-impuso-otra-vez-en-ecuador/. Acesso em: 24/01/2026.

PARDUCCI, Amparo M. Bukele, el amigo de Trump, y su política migratoria. Cidade do México: **Brújula Ciudadana**, n. 128, 2021.

QUEIROLO, Rosario. ¿Qué significa el 'giro a la derecha' uruguayo?. Buenos Aires: **Nueva Sociedad**, nº 287, 2020.

RAMÓN, José A. M.; LANDETA, Ketty T. M. Crisis energética, Necropolítica y Simulacro: la coyuntura ecuatoriana bajo la gestión de Daniel Noboa. Itapema: **Veritas**, v. 5, n. 3, 2024. p. 1651–1673.

RAMÓN, José A. M.; LANDETA, Ketty T. M.; MERINO, Juan F. T. Neoliberalismo Autoritario y Patrimonialismo en el Gobierno de Daniel Noboa Azin. Itapema: **Veritas**, v. 6, n. 1, 2025. p. 2796–2838.

RAVECCA, Paulo; ROBAINA, Emiliano; ZANNIER, Facundo. Reading the Far Right Beyond Self-Righteousness: neoliberalism, democratic deficit, and Javier Milei's global leadership. São Paulo: **Lua Nova**, n. 123, 2024.

RENNÓ, Lucio. La Ultraderecha en Brasil: de Bolsonaro al bolsonarismo. Bonn: **Friedrich-Ebert-Stiftung**, 2023.

RILLA, José. Uruguay, una política limitada: derecha y ultraderecha en una democracia de partidos. Rosario: **Avances del Cesor**, v. 20, n. 28, 2023.

SALGADO, Carolina. Liberalismo, Nacionalismo e Extremismo de Direita: percursos políticos-ideológicos na América Latina. Rio de Janeiro: **CEBRI-Revista**, ano 3, n. 11, 2024. p. 69-87.

SALVADOR, Evilasio; PENANTE, Ana Paula. Das Intenções ao Planejamento: a orientação política do governo Bolsonaro. São Luís: **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. 2, 2022. p. 541-561.

SANTOS, Fábio L. B. El Salvador sob Bukele: entre o desejo autoritário e o medo. São Paulo: **ANPHLAC**, n. 37, 2024. p. 326-347.

SANTOS NETO, Artur B. Subordinação do Governo Bolsonaro ao Agronegócio e ao Capital Financeiro. Boa Vista: **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, ano IV, v. 12, n. 34, 2022.

SERNA, Miguel. La ola conservadora en Uruguay: claves de la derrota electoral de la izquierda en 2019. Paris: **Cahiers des Amériques Latines**, n. 94, 2020.

SILVA, M. G.; RODRIGUES, T. C. M. O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. Londrina: **Mediações**, v. 26, n. 1, p. 86-107. 2021.

SOARES, José de Lima. A nova direita, bolsonarismo e tendências neofascistas no Brasil. Catalão: **Emblemas**, v. 18, n. 2, p. 10-37, 2021.

TANSCHEIT, Talita S. T.. La Ultraderecha en Uruguay: Guido Manini Ríos y Cabildo Abierto. Bonn: **Friedrich-Ebert-Stiftung**, 2023

URIBE, Matías Javier Deneken. La Derecha Chilena Post-Transición: el discurso político de José Antonio Kast (2017-2019). In: XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 2019. **Anais** [...]. Lima: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2019. Disponível em: https://cdsa.aacademica.org/000-030/402. Acesso em: 21/01/2026.

VELASCO, Paulina R. Las Derechas en Ecuador: de la defensa de la democracia a la clausura de la política. Montevidéu: **Friedrich-Ebert-Stiftung**, 2021.

VENTAS, Leire. **Por que El Salvador decidiu abandonar bitcoin como moeda oficial após 4 anos.** BBC, 13 de jan. de 2025a. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cvgp1z1yrrlo. Acesso em: 14/02/2026.

VENTAS, Leire. **'Bukele se siente empoderado por su alianza con Trumo'**: cómo aumentó la presión sobre las voces críticas con el gobierno en El Salvador. BBC, 26 de junho de 2025b. Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/articles/czxengql08ko. Acesso em: 12/02/2026.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. Brasília: **Meridiano**, v. 47, n. 20, 2019.

VOMMARO, Gabriel. La Ultraderecha en Argentina: entre el oportunismo y la innovación de Milei. Bonn: **Friedrich-Ebert-Stiftung**, 2023.

ZANOTTI, Lisa. La Ultraderecha en Chile: entre punitivismo, defensa de los valores tradicionales y neoliberalismo. Bonn: **Friedrich-Ebert-Stiftung**, 2023.

WOLF, Sonja. El Salvador under Nayib Bukele: the turn to electoral authoritarianism. Santiago: **Revista de Ciencia Política**, v. 44, n. 2, 2024. p. 295-321.